

# Para garimpar mais que ouro - uma análise do desempenho olímpico brasileiro

To mine more than gold – an analysis of the brazilian olympic performance

José Guilherme Chaui-Berlinck\*, José Eduardo Pereira Wilken Bicudo, Mário Sérgio Andrade Ferreira da Silva

Departamento de Fisiologia, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo

\*Contato do autor: jgcb@usp.br

**Resumo.** As Olimpíadas são eventos esportivos de relevância mundial. No presente artigo, fazemos uma análise da evolução do quadro geral de medalhas em termos mundiais e do desempenho do Brasil ao longo dos últimos 10 eventos, mostrando que não tem havido melhora de tal desempenho. Procuramos, então, entender e estender as relações entre a colocação no quadro geral e aspectos sociais de desenvolvimento. Discutimos que existe uma base fisiológica envolvida em como despontam atletas de elite, mas que sem o devido investimento social, não há como selecionar, de maneira sistemática e ampla, tais atletas. É neste sentido, do tipo de investimento, que a obtenção do ouro olímpico pode ter um significado muito maior, de cunho social, para o país.

**Palavras-chave.** Jogos Olímpicos; Brasil; Atletas; Desempenho; Fisiologia; Sociedade.

**Abstract.** The Olympic Games are sportive events of global relevance. Here, we perform an analysis of the medal table from a general perspective and of the Brazilian performance over the last 10 competitions, and we show that there is no real improvement of such a performance at all. We then try to understand the relationships among the place in the medal table and social aspects of development. We discuss that there is a physiological basis involved in how elite athletes emerge, but without the proper social investment it wouldn't be possible to select, in a systematic and wide way, these athletes. It is in this sense, of the type of the investment, that gold medals can have a much greater social meaning to the country.

**Keywords.** Olympic Games; Brazil; Athletes; Performance; Physiology; Society.

Recebido 14jun13

Aceito 31jan14

Publicado 30jul14

## Pensamentos Iniciais

A cada 4 anos, vêm as Olimpíadas de Verão, para nosso prazer e nossa frustração. Prazer pois são algumas semanas de intensa diversão, apreensão e torcida. Prazer pois vemos nossos conterrâneos a nos representar e ao nosso país. Prazer quando ganhamos, prazer por ter gente nossa, lá, competindo. Frustração quando nos deparamos com o quadro final das medalhas.

Não, não estamos nos referindo a estar esperando o ouro e vir a prata. Não estamos nos referindo a muito bronze e pouco ouro. Não estamos sequer nos referindo a ausência de medalhas pelo simples número. Estamos nos referindo ao que significa o quadro final da nossa classificação olímpica. E significa que há muita coisa errada. Há algo de errado em ser a 6ª economia mundial, com uma população bem maior que ao menos 5 dos países que, habitualmente, ocupam os 10 primeiros lugares e ficarmos, via de regra, abaixo do 20º colocado no quadro geral.

Porém, assim colocado, tudo não parece mais que palavras jogadas ao vento. Afinal, temos, ou não, aumentado nossa “fatia” no bolo olímpico? Partimos de 2 medalhas de bronze em 1976 (Montreal) para 17 em 2012 (Londres), sendo 3 destas, ouro. Logo, é inegável que estamos vivenciando algum incremento.

A questão que se coloca é, entretanto, o quão este incremento é, de fato, incremento. E mais, o quanto este incremento é reflexo de políticas reais e relevantes. Este é o ponto que, no fundo, mais nos interessa, pois é este ponto que pode nos dizer o quanto a nossa sociedade está sendo beneficiada pelo esporte. É a isto que estamos nos referindo quando falamos de nossa frustração com o quadro final de medalhas - um termômetro de nossa incapacidade nacional de fazer, do esporte, um instrumento de melhoria social. Pode parecer um passo muito grande entre um mero resultado olímpico e uma consequência (ou causa?) como esta a que estamos nos referindo. Vamos mostrar que não, e que há uma relação muito clara.

Inicialmente, vamos explorar a questão de se estamos frente a um real incremento na nossa fatia do bolo olímpico ou não. Afinal, caso estejamos, as orientações são, ou serão, de uma certa natureza. Se não, estas orientações devem seguir um outro caminho, de natureza diversa. Em seguida, iremos, a partir dos dados, fazer algumas inferências e hipóteses do que nos espera em 2016, e tirar algumas conclusões acerca do caminho que vimos trilhando no esporte nacional. Depois disto, iremos apresentar o porque existe uma clara relação, de fundo biológico, entre o quadro de medalhas e os investimentos sociais que se fazem. Finalmente, tendo delineado tanto o entorno empírico, oriundo de dados, quanto o entrono teórico, oriundo dos processos biológicos, faremos uma apreciação de políticas necessárias para que garimpemos mais do que ouro nas Olimpíadas.

**A Fatia do Bolo**

A Figura 1 ilustra o número de medalhas obtido pelo Brasil desde as olimpíadas de 1976, em Montreal. Por que escolhemos Montreal? Pois nos dá dez eventos consecutivos até 2012 e, como veremos, nos permite uma grande gama de análises e interpretações entre o “passado remoto” (1976 a 1992) e o “recente” (1996 a 2012). De fato, estes dois períodos são estatisticamente separáveis, como mostraremos. Assim, a escolha de iniciar a apreciação de dados a partir de 1976 pode parecer arbitrária, mas se mostra plenamente justificável e reveladora. Observando o comportamento do número de medalhas ao longo destes 36 anos, percebe-se, nitidamente, um aumento em todas as categorias, ouro, prata e bronze, e, conseqüentemente, no número total (Figura 1).

Assim, a próxima pergunta é o quanto este aumento representou no quadro olímpico mundial. Para respondermos esta questão, vamos observar o que ocorreu em termos globais.

Se tomarmos a porcentagem de medalhas ganhas pelos países que ocuparam a primeira posição em relação ao total de medalhas distribuídos em cada Jogo, desde 1976, notamos que há um declínio. Nas décadas de 1970-

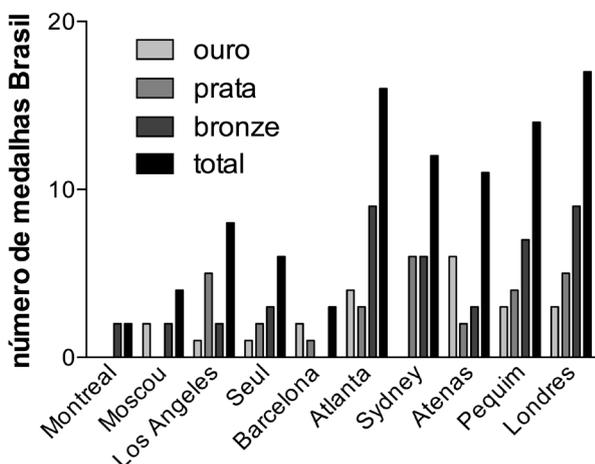


Figura 1. Medalhas obtidas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos desde 1976 (dados oriundos do COI, 2012).

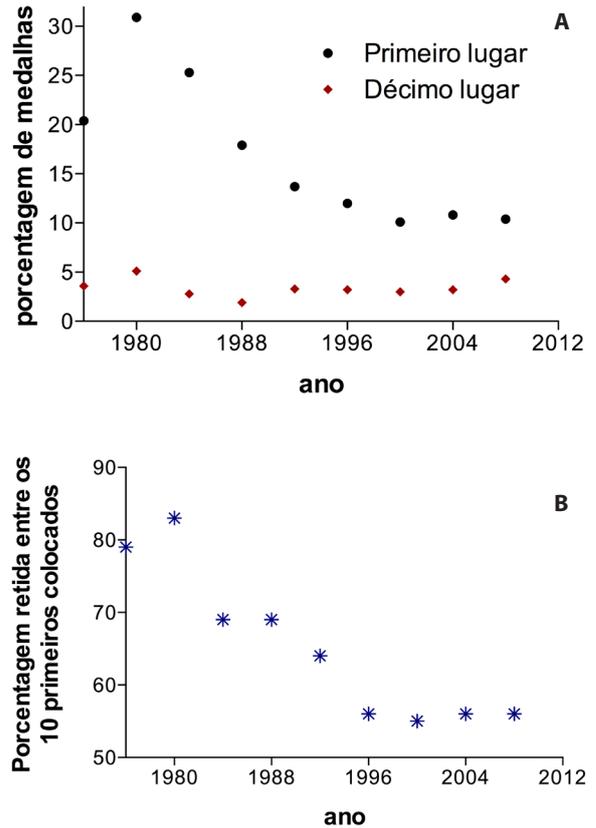


Figura 2. Evolução na porcentagem de medalhas desde 1976. No painel (A), temos a porcentagem retida pelos países que ocuparam a primeira colocação e a retida pelos que ocuparam a décima posição. No painel (B), temos a porcentagem retida pelo G10 (dados oriundos do COI, 2012).

1980, o 1º colocado “abocanhava” ao redor de 20% do total de medalhas, e este número cai para algo ao redor de 10%. Por outro lado, a porcentagem de medalhas obtidas pelos que ficaram em décimo lugar é um valor que, na média, não se alterou: 3,5%.

Ao se tomar a porcentagem de medalhas retidas pelos países que ocuparam as dez primeiras colocações nos Jogos (1976 a 2012), que chamaremos de G10 (grupo dos dez primeiros), nota-se que há, à similaridade do que ocorreu com o primeiro lugar, uma queda da porcentagem retida nestas dez primeiras posições. Tínhamos que, nas décadas de 1970-1980, mais de 70% do total de medalhas ficava no G10, e este número decaiu para 55%. A Figura 2 ilustra o que acabamos de descrever.

Estas mudanças têm, ainda, uma outra característica. Observando os gráficos, nota-se que existe uma mudança no padrão das tendências a partir de 1996. De fato, caso comparemos a tendência do conjunto dos dados com a tendência dos últimos 5 Jogos (1996 a 2012), há diferença estatística. Ou seja, os 5 últimos eventos têm um comportamento diferente do conjunto total dos dados.

Ao separarmos os 5 primeiros Jogos (1976 a 1992) e os 5 últimos, a diferença fica nítida: a partir de 1996, a porcentagem de medalhas abocanhadas pelo primeiro lugar

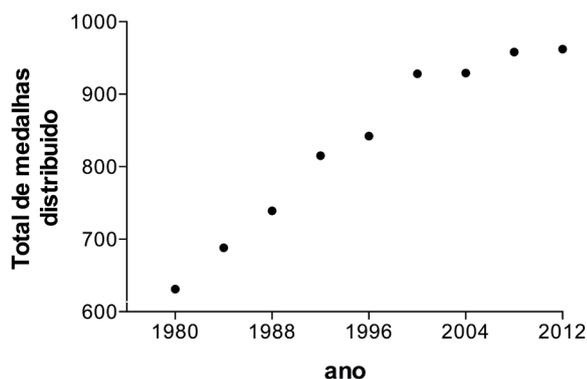


Figura 3. Total de medalhas distribuído em cada evento desde 1976. Note o incremento significativo neste número até 1996 (dados oriundos do COI, 2012).

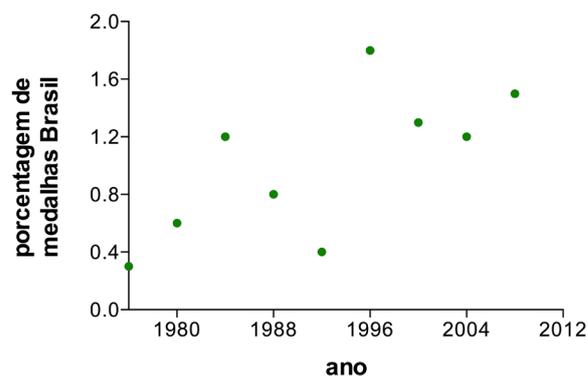


Figura 4. Porcentagem de medalhas obtido pelo Brasil nos últimos 10 Jogos Olímpicos. Note o salto que ocorre em 1996 e a posterior estagnação. Mesmo o aparente crescimento entre 2004 e 2012 não é estatisticamente significativo.

se torna estatisticamente estável em 11% e o total retido pelo G10 se torna estatisticamente estável em 55,6%.

O que queremos dizer por “estatisticamente estável”?

Queremos dizer que se você tivesse que fazer uma aposta honesta em qual a porcentagem de medalhas que será retida pelo G10 e qual a porcentagem a ser abocanhada pelo 1º colocado nos próximos Jogos, tal aposta deveria ser nos valores médios dos últimos 5 eventos. Ao mesmo tempo, como já comentamos, a porcentagem de medalhas abocanhada pelos países que ocuparam a 10ª posição não apresenta diferença ao logo destes 10 Jogos Olímpicos, ficando com o valor médio de 3,5%.

Um segundo ponto de importância para esta análise global é o número de medalhas totais distribuído em cada Jogo. Neste caso, temos, em 1976, 613 medalhas, e, em 2012, 962 medalhas, mas não há mais tendência estatística de incremento (Figura 3). Ao mesmo tempo, o número de países participantes aumentou (hoje ao redor de 210), e ainda apresenta discreta tendência a aumento. Por outro lado, a estatística significativa diz respeito ao número de países que obtêm medalhas: nos últimos 5 eventos o total de países que medalharam não se altera (ao redor de 90).

Mais um dado interessante é o dos países que ficam no G10. Se fizermos uma apreciação de quanto estar no grupo dos 10 primeiros numa Olimpíada prevê estar entre

Jogos Olímpicos	% G10
Seul	70%
Barcelona	70%
Atlanta	80%
Sidney	80%
Atenas	80%
Pequim	100%
Londres	90%

Tabela I. Probabilidade condicional de se estar no G10 uma vez tendo estado neste grupo no evento anterior (%G10). Para o cálculo do valor em Seul foi utilizado o G10 de Montreal, pois os eventos de 1980 (Moscou) e 1984 (Los Angeles) sofreram boicote intenso de países ocidentais e do bloco soviético, respectivamente.

os dez primeiros no próximo evento, o quadro é impressionante: a probabilidade (condicional) se encontra acima de 70%. Ou, em outras palavras, a média dos países que se repetem no G10 é maior que 70%. Mostramos isto na Tabela I.

E como fica o Brasil, nisto tudo? Bem, se considerarmos o período completo (1976 a 2012), houve aumento significativo no número de medalhas obtido pelo Brasil. Por outro lado, se focarmos nos últimos 5 eventos (1996 a 2012), eventos estes nos quais o panorama mundial parece tender a entrar num regime estável, como vimos acima, então o Brasil não tem obtido melhora em seu desempenho. Como a Figura 4 ilustra, saltamos, exatamente em 1996, dos valores médios de 0,8% para o patamar médio de 1,5% do total de medalhas, e aí ficamos.

Em 1989, ocorre a queda do regime comunista soviético e do muro de Berlim. No Brasil, os estertores da ditadura militar e de seus resquícios se dão no final década de 1980. Coincidência ou não, parece que estes fatos se refletem nas Olimpíadas, com 1992 ainda vivenciando o panorama político da ordem mundial do pós II Grande Guerra, e local, do pós golpe de 1964. Mas, em 1996 os novos cenários nacional e internacional se encontram estabelecidos.

O resumo da ópera. Como vimos acima, de 1976 para hoje, o total de medalhas abocanhado pelo 1º colocado passou de 20% para 10%, e o total de medalhas retido no G10 cai de mais de 70% para 55%. Houve um crescimento no número de países participantes dos Jogos Olímpicos, ainda com uma tendência a aumento. Houve um aumento no número de países que obtiveram ao menos uma medalha, porém, desde 1996, este número se estabiliza (média de 80). E, desde 1976, o país que ocupa o décimo lugar das competições fica com 3,5% do total de medalhas distribuído. Assim, a grosso modo, podemos dizer que a festa tem cada vez mais convidados, mas são os mesmos anfitriões de sempre a comer os docinhos. E, mais ainda, a nota de corte para entrar no G10 não se altera: você tem que abocanhar 3,5% das medalhas para chegar lá, o dobro percentual do que o Brasil vem, em média, obtendo desde 1996.

Como estabelecer juízo de melhora. Este panorama geral nos dá critérios objetivos de desempenho. Por exemplo, somente fará sentido falarmos em melhor desempenho do Brasil se sairmos da faixa média de 1,5% das medalhas. Caso haja aumento no número de medalhas mas não da faixa percentual histórica que ocupamos, não há incremento verdadeiro. Tal resultado não indicaria, portanto, uma real e adequada política nacional de incentivo ao esporte. Seria, meramente, um continuísmo do que aí já está, desde 1996.

Mais ainda, se aumentarmos o número de medalhas e sairmos dos 1,5%, mas não diminuirmos a distância média que vimos mantendo do 10º lugar, 1,9 pontos percentuais, o quanto se progrediu em direção ao G10 é, também, questionável. Ou seja, os dados históricos nos mostram que há muito mais que o simples total de medalhas abocanhado para ser avaliado quanto ao real desempenho que temos (e teremos) nos Jogos Olímpicos.

2016. As próximas Olimpíadas têm uma particularidade: o Brasil será a sede do evento. Assim, o efeito “casa” tem que ser levado em consideração. Por exemplo, a Espanha foi um ilustre turista entre os 10 primeiros colocados em 1992, quando as Olimpíadas foram sediadas em Barcelona. Não estava no G10 antes, não mais voltou a frequentá-lo. Há outros efeitos “casa”, num sentido similar. Em 1984, Canadá e Nova Zelândia surgem no G10 “à espanhola”: não estavam antes, não mais retornaram. O efeito “casa” foi os E.U.A.. Com Los Angeles sendo a sede do evento, o então bloco soviético fez um boicote, como o anteriormente feito pelos E.U.A. (e alguns aliados) em Moscou, permitindo ascensões ilusórias.

O efeito “casa” não é de fácil estimativa. O ideal seria fazermos à moda coreana. Chegaram ao G10 em 1984, um evento antes de serem a sede (Seul, 1988), e no G10 ficaram desde então. Porém, este bonde nós já perdemos, agora em Londres. Resta ver se conseguiremos pegar o de Santa Teresa, em 2016.

## Garimpendo o Ouro

De onde vêm os, ou as, atletas “top” de linha? Quanto treinamento é preciso para se obter um, ou uma, destes, ou destas? Quanto investimento é preciso se fazer para isto?

Muitas pessoas acham que as três perguntas acima se referem a, basicamente, um mesmo processo: se investe, se treina duro, surge a atleta ou o atleta. Este tipo de crença tem que ser imediatamente desfeito.

Há que se treinar muito, e duramente? Sim, sem dúvida. Há que se ter treinos específicos e contemporâneos? Sim, sem dúvida. Contudo, esta é somente uma parte, e não a principal, para se ter as e os atletas de ponta, como explicaremos mais abaixo. Por enquanto, pedimos, apenas, que os leitores acreditem no que falamos. Assim, não é através do “supertreinamento” que vêm os atletas. E, portanto, o investimento “no treino” é o mais simples dos investimentos: já se sabe em quem, o quê, e como investir.

Se atletas “top” de linha não vêm a partir do “supertreinamento”, então precisamos saber do onde vêm. Aqui entra a parte biológica do processo.

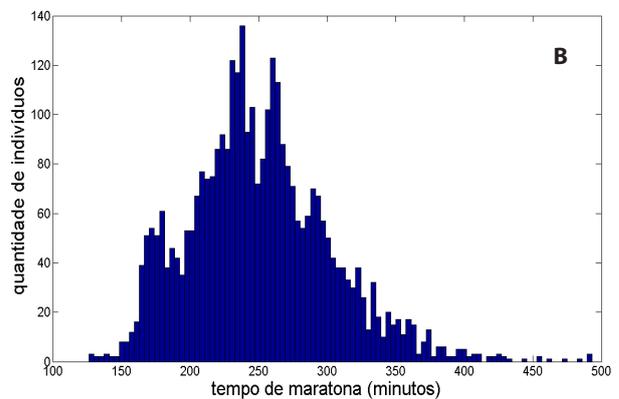
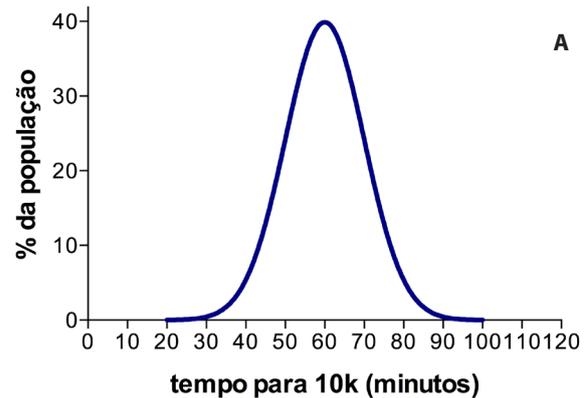


Figura 5. Exemplos de curvas de distribuição. O eixo y (vertical) contém a porcentagem da população que apresenta o valor indicado no eixo x (horizontal). Painel (A) Curva simulada para tempos de 10.000 metros, com média de 60 minutos. Note que à medida em que se distancia da média, o número de indivíduos que atinge o valor indicado no eixo x cai, progressivamente. Painel (B) Dados reais da maratona de Nova York 2011, para homens entre 20 e 29 anos (NYRR, 2012). Nesta prova, para esta categoria, o tempo médio foi de 251 minutos. A porcentagem de indivíduos que realizou a prova em menos de 130 minutos foi de 0,01%.

Vamos supor que estejamos interessados na corrida de 10.000 metros. Se tomarmos um conjunto de indivíduos com uma certa padronização (por exemplo, mesmo gênero, idade semelhante, peso, etc.), encontraremos que a maioria dos indivíduos faz os 10.000 metros em um tempo ao redor de, digamos, 60 minutos. Um menor número fará em 70 minutos (e, portanto, mais lentamente que o que chamamos de média), ou em 50 minutos (e, portanto, mais rapidamente que a média). Um número menor ainda fará em 80 minutos, ou em 40 minutos. Ao construirmos um gráfico que represente a velocidade dos 10.000 metros na população que estamos estudando, encontraremos uma curva semelhante a representada na Figura 5 (painel A).

Este tipo de curva é o que se chama de curva de distribuição (no caso, da característica “tempo de 10.000 metros”). As curvas de distribuição, em processos fisiológicos, têm, em sua maioria, o formato que vemos na Figura 5 (painel A). O que isto indica? Indica que existe um certo

valor da característica em que se está interessado que é o de maior probabilidade de ser encontrado numa população geral. Ao mesmo tempo, conforme nos afastamos da média, o número de indivíduos que tem valores diferentes do valor de maior probabilidade diminui, e diminui muito acentuadamente conforme nos dirigimos aos extremos. No exemplo que estamos dando, serão raros os indivíduos que correm os 10.000 metros em menos que 30 minutos, ou os indivíduos que levam mais que duas horas para percorrer esta distância. Notem, não estamos nos referindo a indivíduos treinados para isto, tampouco atletas preparados. Estamos nos referindo a como a característica “tempo para percorrer 10.000 metros” se encontra distribuída numa população geral.

Para se ter as características que permitem correr 10.000 metros em 30 minutos (ou, inversamente, em mais de 2 horas), é preciso que haja, ao menos, três fatores coincidentes: a carga genética do indivíduo, a expressão fenotípica desta carga, e o ambiente propício para que a expressão fenotípica seja efetivada. Em outras palavras, é preciso que exista uma certa predisposição genética de um conjunto de características fisiológicas e anatômicas que levem à possibilidade do organismo ter músculos, ossos, articulações, ligamentos, coração, sangue, pulmão, sistema nervoso, etc., adequados para que o indivíduo percorra 10.000 metros em 30 minutos, e é preciso que tenha havido, ao longo da vida deste indivíduo, as condições ambientais propícias para que este potencial tenha se desenvolvido, de fato. Isto é parte da concepção da “tripla hélice” de Lewontin, ou seja, genes-fenótipo-ambiente constituem um intercâmbio contínuo naquilo que o indivíduo “é” (Lewontin, 2002).

Portanto, para que obtenhamos o “tempo abaixo dos 30 minutos nos 10.000 metros” foi preciso que uma rara predisposição genética se sobrepusesse à uma rara expressão fenotípica e estas se sobrepusessem a uma rara adequação ambiental. Quantos indivíduos conseguiremos encontrar neste processo? Uma estimativa desprezível deve estar na casa de 1 para 50.000. E se quisermos aqueles que correm os dez mil metros abaixo de 28 minutos? Talvez 1 a cada 200.000.

Como se vê, é um verdadeiro garimpo para conseguir encontrar quem vai ser “top” de linha. Estes vêm da junção rara de carga genética, fenótipo e ambiente propícios para a característica em que se está interessado. E, para piorar as coisas, o desempenho atlético (seja em que modalidade for) tem um importante componente genético associado. Em outras palavras, treinamento físico, preparo psicológico, alimentação adequada, ambiente familiar construtivo, etc., são fatores que permitirão ir mais longe, mas, dificilmente, quem não “nasceu e cresceu para a coisa” poderá figurar entre os de ponta daquela coisa. Isto torna o garimpo ainda mais difícil.

E como reconhecer “quem nasceu para a coisa”? Aqui é o ponto crucial de tudo o que estamos falando.

### Para Garimpar Mais que Ouro

Como explicamos acima, para que se consiga selecionar alguém que possa vir a se tornar um atleta de ponta, tem-

-se que “testar” centenas e centenas de pessoas. Se “testar” fosse, meramente, colocar um bando de jovens para correr e pegar os mais rápidos, tudo bem. Para isto, bastaria, a grosso modo, o investimento fácil a que nos referimos mais acima. Numa atividade com a duração de um final de semana teríamos as potenciais estrelas selecionadas. Depois disso, treinos e resultados. Alguns desportariam, outros não. Estaríamos falando em algumas poucas dezenas de pessoas, nada muito grandioso, neste aspecto.

Contudo, não é, de forma alguma, deste modo que um verdadeiro programa para selecionar atletas de elite funciona. Teríamos que, na verdade, submeter centenas e centenas de crianças e jovens a várias etapas de seleção, intercaladas por treinos motores e cognitivos, adequação de ambiente (por exemplo, alimentação), preparação psicológica para a competição, etc.. Estas centenas de crianças e jovens teriam que passar muitos meses e anos neste processo, para que, então, alguns pudessem ser reconhecidos como aqueles de ponta, aqueles nos quais o investimento fácil irá trazer grandes resultados. É por esta razão que estamos chamando este investimento mais final de investimento fácil: já se sabe em quem, no quê e como investir.

Como se percebe, no entanto, para se chegar à parte fácil, temos que passar por uma fase muito difícil. Num processo lento, poucos serão selecionados, poucos ficarão. Logo, muitos e muitos serão “descartados” sem atingir as etapas finais.

Perguntamos, então, qual família iria, ou irá, incentivar seus filhos a dedicarem anos preciosos de sua juventude para, no final, serem deixados de lado? Sinceramente, poucas deveriam fazer isto. Na verdade, nenhuma deveria deixar seus jovens se submeterem a tal tipo de desgaste e perda. Perda da chance de um futuro produtivo em alguma atividade na qual o jovem tivesse aptidões. Desgaste da fase de suas vidas nas quais deveriam receber uma formação sólida para se tornarem profissionais satisfeitos e com retorno à sociedade.

Afora no afã ilusório que nosso país tem pelo futebol, é isto que ocorre. Ou seja, a não ser no caso distorcido das expectativas que se tem em torno do futebol, os demais esportes não conseguem superar a fase particular das pessoas. Temos grandes atletas em vários eventos, mas, em sua maioria, são frutos, num sentido geral, de seus esforços pessoais de superação. Foram elas e eles mesmos, juntamente com seus treinadores, a fazer todo o esforço para serem identificados. Em outras palavras, se não “dessem certo”, estariam à própria sorte. Este quadro é o que nos revela a falta de uma política, séria, verdadeira, adequada, para o incentivo ao esporte.

Logo, a decorrência mais imediata é termos um pequeno número de atletas de ponta selecionados nas diferentes modalidades. Como consequência pessoal, o país submete estes poucos atletas a uma sobrecarga de responsabilidade. Todas as esperanças e expectativas ficam depositadas em pouquíssimas pessoas, criando uma necessidade de resultados que interfere, negativamente, no desempenho de nossos atletas, tanto durante a competição como no pós evento. Como consequência social, temos esta recorrente falta de auto estima nacional. Nada bom, nem em termos pessoais nem em termos da sociedade.

Qual é, então, o investimento difícil que se deve fazer

para se ter uma política relevante de incentivo aos esportes?

Tem que ser uma política de cunho social, primariamente, pois centenas que dedicarão anos a treinamentos e seleções não irão ser aqueles que despontarão no final. Um país não pode deixar estas centenas e centenas de jovens à deriva. Somente iremos conseguir vários atletas de ponta, em todas as modalidades esportivas, quando a preocupação inicial for o que fazer com aqueles que não atingirão as metas mais elevadas.

Portanto, a primeira consideração é quanto à formação. Todos os atletas em fases iniciais de treino e seleção devem ter acesso à escola e serem cobrados quanto a resultados bons nos seus estudos, tanto quanto nos eventos esportivos. Para tanto, não basta se oferecer “a escola”. Tem-se que oferecer as condições, o que inclui eventuais auxílios e incentivos para a família e para o jovem, de maneiras tanto diretas quanto indiretas.

A educação física, como parte verdadeira do currículo escolar, tem que voltar a fazer seu papel. Não somente estas aulas devem ser utilizadas para os ensinamentos de fundamentos de jogos e estímulo de habilidades motoras, como têm que ser um momento de identificação de potencialidades por parte dos professores. Além disso, as competições e torneios entre colégios devem voltar a fazer parte das atividades escolares, de maneira séria e consistente.

Torna-se imperativo, portanto, o retorno da realização dos torneios colegiais municipais, estaduais e nacionais, aliados ao uso de espaços esportivos já existentes, como os centros esportivos municipais, centros esportivos militares e outros. Não é à toa que a Jamaica, um país muito mais pobre, do ponto de vista econômico, e com uma população muito menor que a do Brasil, vem despontando como uma “potência” no atletismo, nos últimos dois Jogos Olímpicos. Tal se deve a uma política esportiva de qualidade muito bem aplicada nos últimos 12 anos naquele país, onde o primeiro ministro está sempre presente nos torneios escolares de atletismo.

Neste mesmo sentido, os jogos universitários também devem ser alvo de observações e estímulos, sérios e consistentes. A presença de técnicos e treinadores em universidades deve ser parte dos recursos humanos destas instituições, e não esforços isolados e aleatórios das associações atléticas estudantis. O intercâmbio, sistematizado e institucionalizado, com treinadores de outros países também é mais um recurso que pode ser utilizado, com excelentes resultados, como demonstrado na evolução do nosso handebol, nos últimos cinco anos.

Obviamente, os espaços para treinamento devem ser considerados como parte integral da estrutura física das Universidades, junto com a devida capacitação de educadores físicos em todo o território nacional, sem priorizar apenas o eixo Rio de Janeiro – São Paulo e levando em consideração as particularidades regionais existentes no nosso imenso território. Certamente, algumas modalidades esportivas seriam melhor conduzidas na região Sul que a na região Nordeste, e vice-versa.

A entrada em faculdades ou cursos técnicos deve estar facilitada, de alguma maneira justa, para aqueles que vêm sendo submetidos aos treinos e processos seletivos de alto

desempenho. E, neste sentido, bolsas e outros tipos diretos e indiretos de estímulo têm que ser mantidos, ainda nesta etapa de formação.

O bom desempenho esportivo está fortemente atrelado a um sistema de saúde e educacional verdadeiramente universais e de qualidade. As escolas de ensino fundamental e médio devem voltar a cumprir um papel importante nesse processo, assim como a existência de uma medicina preventiva capaz de efetivamente melhorar a saúde dos cidadãos brasileiros. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) mostram que as principais causas de doenças crônicas encontradas na população mundial, como as doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, câncer, doenças respiratórias crônicas e o diabetes são muito bem conhecidas e os fatores de risco que podem modificá-las (e/ou agravá-las) são: dieta inadequada e pouco saudável, inatividade física e uso do fumo. Dados, também da OMS, mostram que para cada USD \$ 1,00 aplicado em políticas esportivas, USD \$ 3,00 podem ser economizados na saúde. Portanto, o investimento no esporte, juntamente com investimentos na saúde e educação, e, é claro, a correta aplicação dos recursos, poderá trazer a longo prazo, além dos benefícios óbvios à população brasileira como um todo, as tão almeçadas medalhas olímpicas.

O que está descrito nos últimos parágrafos é o investimento difícil no esporte. Difícil pois exige volumes consideráveis de dinheiro, pois exige tempo para maturação, pois exige constante vigilância quanto a adequada aplicação dos recursos, pois exige uma mudança na perspectiva do processo de formação tanto dos esportistas quanto daqueles que não serão os atletas de ponta. Difícil pois exige que se forme um ciclo (virtuoso) de perspectiva de trabalho e inserção social tanto para os atletas que despontam quanto para os que se dedicaram a tentar ser um destes.

Como se percebe, investir no esporte é muito mais do que investir num atleta. Aqui, estamos falando em buscar o ouro olímpico não pelo ouro, não pela medalha como tal, não pelo ufanismo prazeroso de subir na classificação. Estamos falando em buscar o ouro olímpico por todos os benefícios outros que podem ser obtidos através desta busca. Nesta perspectiva, a medalha passa a ser uma mera consequência do bem estar e progresso sociais que se desenvolverão no país. Se, desta forma, conseguirmos o ouro, teremos garimpado muito mais do que o metal precioso.

## Referências

- COI – Comitê Olímpico Internacional (2012) <http://www.olympic.org/>
- Howson, C. e Urbach, P. (1993) *Scientific Reasoning: The Bayesian Approach* – 2a edição. Chicago: Open Court Publishing Company.
- Lewontin, R. (2002) *The Triple Helix: Gene, Organism, and Environment*. Harvard: Harvard University Press.
- NYRR - Sítio oficial da Maratona da Cidade de Nova York (2012) <http://www.nyrr.org/>, resultados em [http://web2.nyrrc.org/cgi-bin/start.cgi/mar-programs/archive/archive\\_search.html](http://web2.nyrrc.org/cgi-bin/start.cgi/mar-programs/archive/archive_search.html)
- OMS – Organização Mundial de Saúde – WHO (2012). <http://www.who.int/research/en/>